

“Devemos evitar o risco de uma geração perdida”

Combater a crise passa por investir na qualidade da educação. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) alerta os governos para o perigo do desinvestimento público no sector do ensino, chamando a atenção para os custos sociais e individuais do abandono escolar e da falta de qualificação.

Os diplomados universitários têm sofrido menos perdas de emprego durante a crise económica mundial, em relação a quem abandona a escola sem qualificações. Educação de qualidade e competências são cruciais para a melhoria das perspectivas económicas e sociais dos cidadãos, avança a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) na última edição do relatório anual “Olhares sobre a Educação”.

A taxa de desemprego entre os licenciados foi em 2009 de 4,4%, em média nos países da OCDE. Mas quem não concluiu o ensino secundário enfrentou taxas de desemprego de 11,5%, contra 8,7% em 2008. Esta subida vem assim somar-se ao “enorme problema do desemprego entre os jovens que hoje ultrapassa os 17% na OCDE”, lê-se no estudo.

“O custo social e individual dos jovens que abandonam a escola sem uma qualificação continua a subir”, alertou Angel Gurría. Durante a apresentação dos resultados, o secretário-geral da OCDE ultimou os responsáveis políticos a não desinvestir na educação. “Devemos evitar o risco de uma geração perdida, por todos os meios. Apesar da tensão sobre os orçamentos públicos, os governos devem continuar os investimentos para manter a qualidade na educação, especialmente para a maioria das pessoas em risco.”

Com base nas tendências actuais de graduação, 82% dos jovens de hoje terão concluído o ensino secundário, mas os que não o fizerem vão ter mais dificuldade em entrar e permanecer no mercado de trabalho.

Mais de 50% dos alunos entre os 15 e os 19 anos de idade que deixaram a escola estão desempregados ou fora do mercado de trabalho, segundo as estatísticas da OCDE. Na maioria dos países, os jovens sem trabalho que não estudam ou frequentam outro tipo de formação, não recebem apoio social. Acresce que, em comparação com grupos etários mais velhos, os jovens são duas vezes mais propensos a desistir de procurar emprego e a perder o contacto com o mercado laboral por completo.

Neste cenário, alerta Gurría: “O investimento na educação não é apenas uma questão de dinheiro, é também um investimento nas pessoas e um investimento no futuro.” A longo prazo, os orçamentos governamentais vão beneficiar dos investimentos em educação, garante a OCDE. A razão é simples: os mais qualificados são menos propensos à necessidade das prestações de desemprego ou de assistência social e a pagar mais impostos quando entram no mercado de trabalho.

Um diplomado do ensino superior vai pagar uma média de 91 mil dólares (aproximadamente 66 mil euros) em impostos e contribuições sociais durante a sua vida de trabalho. Um valor muito acima do custo ao erário público da sua formação. O benefício mantém-se, ainda que a despesa seja paga pelo aluno. O prémio de ganhos brutos de um indivíduo com um título académico ultrapassa os 300 mil dólares (cerca de 218 mil euros) para os homens e os 200 mil dólares (145 mil euros) para as mulheres nos países da OCDE.

O relatório mostra ainda como o ranking de competências globais nos países desta organização está em constante mutação. O aumento na formação da força produtiva do Japão e dos Estados Unidos, que juntos têm quase metade de todos os diplomados do ensino superior da OCDE (47%), proporcionou-lhes a dianteira em áreas onde são necessários recursos humanos altamente qualificados.

Mas o cenário esta a mudar. O número de diplomados está a baixar. Actualmente, entre os países da OCDE, um em cada três aposentados com formação universitária reside nos EUA, mas apenas um em cada cinco graduados universitários que entram no mercado de trabalho é americano.

Por outro lado, apenas 5% dos adultos na China têm um grau superior. No entanto, devido ao seu tamanho populacional, o país ocupa a segunda posição atrás dos EUA e à frente do Japão no que toca à percentagem de população com formação superior entre os países da OCDE e do G20 (grupo constituído pelos ministros das Finanças e os governantes do Banco Central de 19 países e a União Europeia).

Despesas, mobilidade e igualdade

O relatório “Olhares sobre a Educação” de 2011 inclui alguns indicadores relativos aos recursos humanos e financeiros investidos pelos diversos países da OCDE, à evolução dos sistemas educativos, bem como os eventuais retornos que os Estados-Membros podem esperar dos investimentos feitos na educação.

Em despesas com educação, os países da OCDE gastaram 6,1% do seu PIB (Produto Interno Bruto) em 2008. Entre 2000 e 2008, as despesas cresceram a um ritmo mais rápido do que o PIB em 25 dos 32 países para os quais existem dados.

A despesa por aluno no ensino superior aumentou 14 pontos percentuais, em média, nos países da OCDE de 2000-2008. Mas caiu em sete dos 30 países analisados, com as despesas a não acompanhar a expansão de matrículas.

Já a quota de financiamento privado nas instituições académicas aumentou em 20 dos 26 países para os quais existem dados comparáveis entre 2000 e 2008. Um aumento de seis pontos percentuais, em média na OCDE, e de mais de quinze pontos percentuais em Portugal, na República Eslovaca e no Reino Unido.

Comparado com os restantes níveis de ensino (primário, secundário, pós-secundário não universitário), os estabelecimentos do superior – e em menor escala do pré-escolar – são os que dispõem de mais financiamento proveniente de fontes privadas, 31% e 19%, respectivamente. Ainda assim, 83% do financiamento de todas as instituições educacionais provém directamente de fundos públicos.

Os gastos com os salários dos professores em 2009 representaram uma média de 63% das despesas correntes no ensino primário, secundário e ensino pós-secundário não superior entre os países da OCDE.

Entre 2000 e 2009, os salários dos professores aumentaram em termos reais na maioria dos países. Os maiores aumentos - de mais de 50% - registaram-se na República Checa, Estónia e Turquia. As únicas excepções a esta tendência foram a Austrália, França, Japão e Suíça, onde os salários diminuíram.

A mobilidade e igualdade entre estudantes foram também objecto de análise pela OCDE. Nas últimas três décadas a mobilidade entre estudantes aumentou dramaticamente, diz relatório. Ao nível mundial, o número de estudantes internacionais cresceu de 800 mil em 1975 para 3,7 milhões em 2009.

Austrália, Reino Unido, Áustria, Suíça e Nova Zelândia possuem a maior percentagem de estudantes internacionais no ensino superior. Do total de estudantes provenientes de países não pertencentes mas inscritos na área da OCDE, 18,2% são originários da China.

No que toca ao indicador da igualdade, as mulheres formam a maioria dos estudantes diplomados em quase todos os estados-membros da OCDE, lê-se no relatório. Mas continuam a dominar em áreas tradicionalmente femininas: educação, saúde e bem-estar, humanidades e artes. Nas profissões ligadas à fabricação, engenharia e construção o domínio é masculino.

Entre os jovens, as mulheres estão mais propensas do que os homens para concluir o ensino secundário em todos os países, excepto na Alemanha e Suíça.

Andreia Lobo 19-10-2011